

» Entrevista | ANA TEREZA BASÍLIO | PRESIDENTE DO IBRADADOS

À frente de instituto voltado para a proteção de informações, a advogada e vice-presidente da OAB-RJ considera essencial debater os direitos e deveres relativos a esse tema, com reflexos importantes na economia e na privacidade do consumidor

“Dados são o bem mais precioso”

A Lei Geral de Proteção de Dados entrou em vigor em 2018, mas ainda restam muitas dúvidas em relação aos direitos e obrigações previstas pela legislação. É precisamente para lidar com esse tema, ainda desconhecido para a maior parte da sociedade brasileira, que foi lançado, no último dia 8, o Instituto Brasileiro de Estudo em Proteção de Dados (Ibradados). A iniciativa tem por objetivo promover um diálogo entre o poder público, especialistas e a sociedade civil sobre questões que envolvem privacidade, atendimento ao consumidor e segurança da informação. Em entrevista ao Correio, a presidente do Ibradados, Ana Tereza Basílio, resalta a importância desse debate, que envolve princípios constitucionais. “É preciso que haja um debate sobre os limites do acesso aos dados pessoais, além de uma permanente avaliação sobre os direitos e os deveres de quem detém o aparato tecnológico para identificar dados pessoais da população”, conta.

Reeleita para o cargo de vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — seccional RJ, Ana

Basílio comemora, ainda, o protagonismo crescente das mulheres na advocacia. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Quais são as propostas do Ibradados?

Criamos o Ibradados com o intuito de fomentar o estudo e divulgação da legislação que rege a proteção de dados, e tem reflexos nas mais variadas áreas jurídicas. Um dos principais focos do nosso trabalho será relacionado à verdadeira mudança cultural gerada pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Por que é importante debater esse tema?

Para quem não acompanha o tema de perto, pode parecer algo um tanto distante da realidade do cidadão comum, mas na verdade não é. Vivemos tempos em que os dados são o bem mais precioso, e todos estão a todo momento sendo analisados por inúmeros cruzamentos de informações, desde a inteligência artificial até aos serviços de atendimento aos consumidores. É preciso que haja um debate sobre os limites do acesso aos dados pessoais, além de uma permanente avaliação

Ibradados/Divulgação



Ana Tereza Basílio: mudança de cultura com a LGPD

sobre os direitos e os deveres de quem detém o aparato tecnológico para identificar dados pessoais da população. Contribuir para o desenvolvimento de boas práticas na área será, sem dúvida, o nosso maior desafio.

Em novembro, a senhora foi reeleita como vice-presidente da OAB-RJ. São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Bahia e Mato Grosso elegeram

mulheres para a presidência. Quando veremos uma mulher no comando nacional da entidade?

A OAB tem evoluído muito no aumento da paridade de gênero no comando da entidade. Neste ano, também contamos com outra inovação importante, que foi o estabelecimento de cotas raciais. As mulheres são maioria na advocacia, e é natural que a sua ascensão a cargos diretivos seja

cada vez mais ampla. Por isso é possível afirmar que em breve isso (uma mulher na presidência nacional) acontecerá. Não tenho dúvida de que isso será de extrema relevância não apenas para a OAB, mas para a sociedade como um todo.

Como vê a participação feminina na advocacia brasileira?

Vejo com satisfação o aumento da participação feminina em postos de comando dentro das entidades e dos escritórios, ou ainda na chefia de departamentos jurídicos de grandes corporações. Deveria ser algo visto com naturalidade, afinal de contas, não há que se questionar a capacidade das mulheres para tais funções. Mas deve ser celebrado, tratado como algo especial, até para servir de exemplo e inspiração para que mais e mais mulheres sigam este caminho e tenham a liderança e desenvolvimento profissional como meta.

A senhora já foi juíza eleitoral. Como vê o debate sobre as urnas eletrônicas e o papel da Justiça Eleitoral?

Felizmente, as dúvidas infundadas sobre o processo de

apuração das urnas não prosperaram. Temos um sistema moderno, que é amplamente auditável e seguro. Há que se destacar o papel democrático que vem sendo desempenhado, além da transparência nas ações e debates que envolvem a urna eletrônica, pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Os ataques ao Conecte SUS causam apreensão quanto à proteção dos dados. Quem sofreu violação de sigilo tem direito a ser indenizado?

Aos poucos, a LGPD vai promovendo uma mudança cultural. Nessa nova etapa, a legislação já começa a passar por um teste prático de eficiência. Como os dados pessoais são bens preciosos, é importante que os gestores desses dados tenham responsabilidade no cuidado e armazenamento. No caso específico do Conecte SUS, por exemplo, a responsabilidade sobre os dados sigilosos é da União. Então é a União quem deve reparar eventuais danos, pois foi uma falha no sistema do próprio governo que resultou na violação e no furto dos dados de milhões de pessoas.

ACRE

Chefe de gabinete é presa em ação da PF

» LUANA PATRIOLINO

Suspeita de tentar obstruir investigações de corrupção e lavagem de dinheiro relacionados a membros do Governo do Acre, Rosângela Gama, chefe de gabinete do governador do estado, Gladson Cameli (PP), foi presa ontem, na capital Rio Branco. A ação é consequência da segunda fase da Operação Ptolomeu, da Polícia Federal.

Na primeira etapa da força-tarefa, o próprio governador Cameli foi alvo dos investigadores. A prisão de ontem foi autorizada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que pediu também a “imediate instauração” de novo inquérito policial para apurar o crime de obstrução de investigação de organização criminosa.

O governo do Acre emitiu nota: “O governador Gladson Cameli, mais uma vez, manifesta respeito, bem como colabora com todos os passos da investigação, de modo que fique esclarecido que o governo sempre agiu dentro da legalidade e do interesse público”.

Na primeira fase da operação, a PF cumpriu 41 mandados de busca e apreensão e uma ordem judicial de prisão. Os primeiros mandados foram executados em Rio Branco, Cruzeiro do Sul (AC), Brasília e Manaus.

Com apoio da Controladoria-Geral da União (CGU), foram identificadas dezenas de transações financeiras suspeitas em contas-correntes, pagamentos de boletos de cartão de crédito, transações com imóveis de alto valor e aquisições subfaturadas de veículos de luxo. O órgão também apurou que o governo local empenhou R\$ 142 milhões para sete empresas suspeitas de integrar o esquema.

Caso fique provada a intenção de obstruir as investigações, a servidora pode ser condenada a 8 anos de prisão. “Ao tentar sumir com documentos, desaparecer com indícios e prejudicar as investigações, lembrando sempre que deve ser demonstrado dolo do agente, seria possível responsabilizar a pessoa pela pena de 3 a 8 anos”, explica o advogado criminalista Víctor Quintiere.



Que a magia do Natal faça do seu lar um refúgio de amor, paz e harmonia. Estar em família e celebrar esta data tão especial é o que nos fortalece e cria nossas bases mais fortes.

Feliz Natal!

PaulOOctavio®